

INFLUÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS NO DESENVOLVIMENTO DO SETOR PRODUTIVO DE PLANTAS ORNAMENTAIS NO PARANÁ

Daniel Muraro¹
Francine Lorena Cuquel²
Raquel Rejane Bonato Negrelle³

¹Doutor em Agronomia Produção vegetal pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor na FAE Centro Universitário.

E-mail: danielmuraro@yahoo.com.br

² Dra. em Fitotecnia. Departamento de Fitotecnia e Fitossanitarismo, UFPR.

³Professora, Doutora do Programa de Pós graduação em Agronomia, Produção Vegetal UFPR

RESUMO: Um dos setores do agronegócio Brasileiro que mais se desenvolveu na última década foi o setor de produção de plantas ornamentais. Porém, seu desenvolvimento ocorreu de forma desigual nos diversos estados Brasileiros. Através de pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevista aos dirigentes de instituições públicas, analisou-se a influência das instituições no desenvolvimento do setor produtivo de plantas ornamentais no Estado do Paraná. As instituições atuantes no Estado do Paraná apresentaram limitações orçamentárias, déficit de pessoal, inexistência de políticas específicas para o setor, carência de assistência técnica especializada, descontinuidade da pesquisa e um trabalho generalista, influenciando negativamente o desenvolvimento do setor produtivo de plantas ornamentais.

Palavras chaves: Políticas pública; instituições públicas; fomento, floricultura.

INFLUENCE OF PUBLIC INSTITUTIONS ON DEVELOPING THE PRODUCTIVE SECTOR OF ORNAMENTAL PLANTS IN PARANA STATE

ABSTRACT: One of the sectors of agribusiness that has developed over the past decade was the production of ornamental plants sector. However, its development has occurred unevenly in different states. Through bibliographical research, document analysis and interview the leaders of public institutions, examined the influence of institutions on the development of the productive sector of ornamental plants in the state of Paraná. Institutions operating in the State of Paraná presented budget constraints, staff deficit, lack of specific policies for the sector, lack of specialized technical assistance, research discontinuity and a generalist work, negatively influencing the development of the productive sector of ornamental plants.

Keywords: Public policies; public institutions; development, floriculture.

INTRODUÇÃO

O Estado Democrático de Direito é o exercício da democracia e da participação dos cidadãos de maneira plena e clara, onde o povo influencia o poder político e participa de forma livre de acordo com seus ideais (FERREIRA, 2011). Neste contexto, no exercício democrático, o desenvolvimento regional pode ser mais facilmente atingido se houver a influência das instituições públicas no desenvolvimento do setor produtivo (BOBIO, 2009). A proposição de políticas públicas e projetos de fomento, podem resultar na consolidação do processo democrático no país, provendo de forma eficiente o desenvolvimento de setores que podem gerar renda, porém essa ação deve ter um modelo de abordagem que sejam pautadas em políticas de fortalecimento do agronegócio, respeitando o direito de participação das comunidades em sistemas de governança colaborativa com os vários atores envolvidos nestes processos (FAO, 1992).

As diversas abordagens sobre instituições públicas as definem como um conjunto de normas valores e regras tanto formais quanto informais desenvolvidas por um povo, com capacidade de moldar seu comportamento. Em muitos casos tais normas, valores e regras são tutelados por organizações abrigadas por um espaço físico ou virtual com escopos de atuação específico regido por leis e regulamentos formalmente constituídos (CONCEIÇÃO, 2002), como, por exemplo, instituições de ensino, de pesquisa, instituições de cunho político, dentre outras.

A presença de instituições e suas interferências podem gerar conflitos e crises resultando em mudanças de atitudes e ações no grupo social atingido. Também podem, através de sua ação coletiva, manter a ordem e aumentar a eficiência tanto no crescimento econômico quanto na regulação e solução de conflitos (CONCEIÇÃO, 2002; DEQUECH, 2011).

Comprovadamente, as instituições foram às responsáveis pelo avanço econômico e social nos países desenvolvidos. (GATTO, 2014). Seu papel na busca pelo desenvolvimento abrange a implementação de ações que resultem em efetiva mudança, uma vez que estas podem moldar as atitudes e definir comportamentos humanos, bem como criar diferentes tipos de economias e de empresas (CONCEIÇÃO, 2002; DEQUECH, 2011). As Instituições também detêm maior capacidade de desenvolver políticas favoráveis e de realização de determinadas atividades que estão além da capacidade de ação da iniciativa privada, uma vez que possuem legitimidade para tal (CARDOSO, 2013).

Desta forma, detém papel decisivo, uma vez que dentro de um contexto de desenvolvimento sustentável, este logrará maior êxito se envolver ação coletiva entre esferas públicas, representadas pelas instituições, o setor empresarial e a sociedade. (JUNQUEIRA; LIMA, 2008).

Para que isso ocorra, instituições devem estar afinadas com as demandas dos mais diversos setores para desenvolverem com eficiência seu trabalho (Junqueira e Lima ,2008, Freitas et al., 2012, Silva, 2014). No entanto, no Brasil, muitas vezes as ações desenvolvidas e políticas criadas não são suficientes para atender todas as demandas de setores específicos do agronegócio (MILANE, 2008; MAPA, 2009), dado suas peculiaridades. Estes setores acabam desamparados pelas instituições públicas, ficando à margem do raio de ação destas instituições (SILVA, 2014), fato que pode influenciar seu desenvolvimento.

No setor agrícola, a floricultura tem se destacado por apresentar crescimento em torno de 8% ao ano, superior a outros segmentos, representando boa opção para diversificação agrícola e geração de renda em pequenas propriedades (BRASIL, 2007; JUNQUEIRA E PEETZ 2008). No entanto, este crescimento apresenta-se bastante irregular nos diversos Estados Brasileiros (JUNQUEIRA E PEETZ, 2014), bem como ainda não há uma avaliação mais aprofundada no que se refere à influência das instituições no desenvolvimento deste setor.

Muito embora a floricultura no Estado do Paraná, tenha indicadores que revelem seu, ainda assim, na última década algumas regiões como a região de Guarapuava, Litoral e de União da Vitória sofreram dificuldades de escoamento da safra, mantendo taxas de crescimento inferior a média nacional (Anacleto, 2015).

A despeito do crescimento da floricultura no Brasil, outras regiões do Brasil já apresentaram dificuldades na produção e comércio de algumas espécies de flores, similarmente ao que ocorre no litoral do Paraná (ANACLETO, 2015), sendo que as dificuldades encontradas nessas regiões pode estar associado a carência de estratégias de gestão que determina o desenvolvido de forma descoordenada, sem o apoio de instituições públicas, e especialistas no setor, dificulta a implantação de modelos de governança que favoreça a cadeia produtiva como um todo criando um relacionamento colaborativo de oportunidades de negócios (SERNA E CALDERON, 2012, ANACLETO, 2015).

O Estado do Paraná, apresenta o setor produtivo da floricultura pouco desenvolvido quando comparado a outras regiões brasileiras (SEAB-PR, 2013), apesar de ocupar a nono lugar em consumo per capita e sexto em valor de mercado no ranking nacional (SEBRAE, 2015), bem como condições favoráveis de cultivo (BRASIL, 2007).

Visando contribuir para melhor entendimento do papel das instituições no desenvolvimento do setor produtivo da Floricultura e como estas o influenciam, bem como gerar dados que possam subsidiar o planejamento de ações para seu desenvolvimento, apresenta-se resultado de pesquisa que visou: identificar as instituições públicas cuja área de atuação abrange o setor produtivo da floricultura; levantar a capacidade real de suporte destas instituições; identificar as atuais políticas públicas voltadas ao setor e apreender a percepção dos atores institucionais com relação a este segmento produtivo. Com base nestes resultados discute-se a influência das instituições no desenvolvimento do setor produtivo da floricultura no Estado do Paraná.

MATERIAL E MÉTODOS

Através de revisão de literatura e análise documental identificaram-se as instituições que potencialmente podem intervir através de suas ações na cadeia de valor da floricultura, nas questões relacionadas à criação de políticas públicas, assistência técnica, comercialização, pesquisa e desenvolvimento.

Para levantar a capacidade real de suporte destas instituições, identificar as atuais políticas públicas voltadas ao setor e apreender a percepção dos atores institucionais, além da revisão de literatura e análise documental, realizou-se entrevista semiestruturadas (GIL, 2009), com os representantes institucionais ocupantes do quadro diretivo destas instituições. As entrevistas foram realizadas entre julho 2014 a fevereiro de 2015.

Durante as entrevistas os temas abordaram: a forma de atuação diante de políticas já estabelecidas; a política institucional com relação à floricultura; a ação das instituições perante as demandas específicas para o setor; de que forma as instituições são sensibilizadas; a perspectiva dos representantes das instituições com relação às políticas públicas e com relação à atividade do setor floricultura.

RESULTADOS

No Estado do Paraná, verificou-se existência de 18 instituições cujo escopo de atuação abrange o setor produtivo, sendo: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa); Secretaria de Agricultura e Abastecimento (Seab-PR); Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-PR); Centrais de Abastecimento do Estado do Paraná (Ceasa-PR); Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); Dez instituições de ensino superior, atuantes em todas as regiões do Estado; Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar); e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar). As áreas de atuação abrangem, respectivamente, a comercialização, a difusão, o ensino, a pesquisa, a extensão, e o levantamento de dados e a política (Tabela 1).

Todas as instituições analisadas possuíam suporte físico e intelectual que as capacitavam a desenvolver ações contributivas ao desenvolvimento do setor floricultura em sua área de atuação. Porém, apresentavam limitações orçamentárias e deficit de pessoal. Desta forma, buscavam otimizar suas ações concentrando-as em áreas de maior abrangência possível, evitando setores específicos do agronegócio, principalmente os de baixa representatividade local.

Verificou-se a ocorrência de várias políticas e programas nacionais em que os floricultores poderiam se enquadrar, tais como: Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (Pronaf); Assistência técnica e extensão rural (Ater); Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário; Programa de Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário; Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais; Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp Investimento); Programa de Desenvolvimento Econômico e Territorial: Renda e Cidadania no Campo (Pró Rural) (BRASIL, 2008, MDA, 2013, BNDS, 2014). No entanto, não se registrou nenhuma política pública específica para o setor floricultura criada pela Seab-PR (SEAB-PR 2015).

Tabela 1 – Instituições relacionadas com o setor produtivo de plantas ornamentais no Estado do Paraná.

Instituição	ÁREA DE ATUAÇÃO					
	Comercialização	Difusão	Ensino	Extensão	Pesquisa	Política
CEASA-PR	X					
EMBRAPA					X	
EMATER-PR				X		
IAPAR					X	
Instituições de ensino superior (n=10)			X		X	
MAPA						X
SEAB-PR						X
SEBRAE-PR			X			
SENAR-PR			X			

Fonte: pesquisa documental.

De forma mais generalizada, verificou-se que os programas citados acima favoreciam o desenvolvimento através de disponibilização de capital, assistência técnica, fomento à infraestrutura no campo e diversificação produtiva. Esta generalização nas políticas e programas objetivava ampliar o atendimento alcançando o maior número de interessados, independentes do setor do agronegócio em que atuam.

Com relação à assistência técnica, verificou-se junto à Emater-PR, acentuada deficiência de ações específicas de assistência técnica especializada em floricultura, no entanto a política de Ater, estabelecida pelo governo federal possibilitará a contratação terceirizada de técnicos especialistas em áreas onde a Emater apresenta carência de profissionais capacitados para prestação de assistência técnica. Tais profissionais poderão ser contratados quando houver demandas por grupos de produtores com número de solicitantes que atinja uma representatividade que justifique a contratação.

As ações realizadas pelas instituições atuantes na área de comercialização se resumiam na manutenção de espaço destinado ao mercado de flores junto à Ceasa-PR. Verificou-se ocorrência de projetos em andamento como o planejamento de implantação de novo espaço para mercado das flores junto à Ceasa-PR em Curitiba e nas cidades de Londrina e Maringá e o projeto de estudo da cadeia de flores e plantas ornamentais da região metropolitana de Curitiba, junto ao Sebrae-PR.

A área de ensino e pesquisa foi a que apresentou maior número de instituições com ações em andamento, voltadas para o setor floricultura. Ao todo, dez instituições de ensino desenvolviam ações, espalhadas por todo o Estado. Estas se concentravam basicamente em cursos voltados à formação profissional desenvolvidos em disciplinas específicas nos cursos de graduação em agronomia e pesquisas esporádicas desenvolvidas junto aos cursos de pós-graduação. Na área de ensino, registrou-se também a ação do Senar-PR, desenvolvendo cursos voltados à capacitação do produtor, realizados em vários municípios do Estado e também cursos de capacitação comercial e empreendedorismo realizados pelo Sebrae-PR. Exclusivamente na área de pesquisa, verificou-se que o Instituto Agrônomo do Paraná e a Embrapa não desenvolviam na ocasião nenhuma pesquisa na área de floricultura.

Com relação às demandas pontuais não cobertas por programas e políticas já existentes, todas as instituições analisadas demonstraram interesse em prestar atendimento. As ações neste caso eram variadas, contemplavam principalmente o encaminhamento para órgãos competentes e o estudo da viabilidade de adaptações nas ações já desenvolvidas pela instituição. Em demandas com expressiva representatividade do setor produtivo havia possibilidade de encaminhamento de profissional ligado à instituição para desenvolver capacitação objetivando atendimento.

Todos os atores institucionais entrevistados demonstraram ciência de que há carência de políticas públicas institucionais específicas para a floricultura, bem como de que as políticas existentes não atendem satisfatoriamente o setor. Também demonstraram percepção de que o setor é promissor para o Paraná, porém apresenta-se sem a devida atenção e de certa forma desorganizado.

A totalidade dos entrevistados afirmaram que há necessidade de melhor atuação institucional para desenvolvimento deste setor, porém a carência de recursos financeiros somados à conjuntura política e a carência de mão de obra, impedem uma atuação mais efetiva para com o setor.

DISCUSSÃO

A representatividade de grupos é o que embasa o surgimento de instituições públicas e suas diferentes formas de ação (DEQUECH, 2011). Da mesma forma, a atuação destas instituições na criação e implementação de ações de fomento ao setor produtivo também são pautadas em representatividade de grupos, embasadas em suas demandas, e influenciadas pelo espaço geográfico onde tais grupos estão inseridos, preferencialmente sendo específicas para grupos específicos (GEHLEN, 2004; FREITAS ET AL., 2012; SILVA, 2014). Políticas criadas pelas instituições, sem a participação efetiva dos membros aos quais se destina em sua criação, poderão resultar em inúmeros conflitos e até mesmo em fracasso total dos objetivos para qual foi criada (TUCKER E OSTROM, 2009).

Neste sentido, o Estado do Paraná possui diversas instituições públicas com capacidade e estrutura suficiente para contribuir com ações, visando fomentar o desenvolvimento do setor produtivo do agronegócio. Entretanto, o trabalho generalista desenvolvido por tais instituições acaba não abrangendo o setor produtivo da floricultura, que devido a suas demandas específicas, muitas vezes não se enquadram nas políticas e programas existentes, dificultando o acesso aos benefícios e conseqüentemente o seu desenvolvimento (BRASIL, 2007). Tais instituições demonstraram sensibilidade às necessidades específicas, uma vez que quando demandadas por grupos representativos locais, buscavam enquadrá-los em algum programa ou política já existente, sinalizando inclusive, para a possibilidade de criação de novas ações para atender a demanda de tal grupo.

Dentro deste contexto, o sucesso nas reivindicações junto às instituições públicas no atendimento da demanda do setor floricultura, será mais significativo quanto maior for a representatividade do grupo, bem como quanto mais específica sua demanda. Este fato também se verifica em outros setores do agronegócio (FREITAS et al., 2012).

No caso do setor produtivo da floricultura, aparentemente o mesmo não demonstra capacidade aparente de auto-organização na busca por pela mitigação dos entraves, os processos de organização coletiva, que poderiam conferir maior poder de barganha junto ao poder público na busca por incentivos na produção e comercio, acesso mais facilitado a financiamentos, reduzir os custos por intermédio de compras coletivas, situações que poderiam provocar o fortalecimento dos vários grupos de atores envolvidos com a atividade.

Assim resulta em um cenário onde a representatividade necessária por parte dos grupos para reivindicar que as instituições desenvolvam ações locais, ou a criação de novas políticas de apoio é deficitária, devido à falta de união dos agentes desta cadeia de valor no Paraná, conforme evidenciado em MURARO et al. (2015). Desta forma, este setor não consegue motivar as instituições públicas a planejarem e implementarem ações específicas voltadas ao seu desenvolvimento.

Sem representatividade, as poucas reivindicações efetuadas acabam relegadas a segundo plano, mesmo sendo do conhecimento dos atores institucionais entrevistados, sobre a existência de demandas reprimidas desses grupos específicos. Os poderes públicos em especial acabam focando na realização das diretrizes já traçadas como metas generalistas e planos gerais de seus governos.

Outro fator que reduz a eficiência do poder público no atendimento das demandas do setor da floricultura, se deve à carência de mão de obra, que as levam a uma sobrecarga de trabalho aos servidores, que acabam por se restringir basicamente ao atendimento das prioridades, fato recorrente no Brasil conforme relatado em MILANI (2008) e em Freitas, FREITAS E DIAS (2012). Desta forma, resta pouca ou nenhuma autonomia para reformulações ou planejamento de novas ações necessárias ao enquadramento das necessidades locais de grupos específicos como o caso do setor da floricultura.

Soma-se a estes fatores o excesso burocrático existentes na máquina pública Brasileira, cria-se um contingente de situações que muitas vezes limita a criação de políticas e realização de ações locais, bem como o acesso de produtores aos seus benefícios (MILANI, 2008), resultando em uma lacuna de ações que poderiam contribuir para desenvolvimento de setores produtivos específicos, como o da floricultura.

Neste contexto, de similarmente ao descrito por ANACLETO (2016) as dificuldades encontradas no desenvolvimento da cadeia produtiva de flores podem estar associadas a carência de estratégias de gestão, seja no ambiente micro ou macro da cadeia de produção, que apresentam uma forma de desenvolvimento descoordenado, e sem a devida compreensão detalhada do cenário da cadeia produtiva.

Assim, as formas de atuação dos agentes envolvidos no processo, não resultam em um sistema colaborativo capaz de compreender as similaridades e discrepâncias existentes dentro de cada segmento da floricultura. O modelo de gestão descoordenado aparentemente também não é capaz de por si, efetuar a proposição de modelos de governança que favoreça a cadeia como um todo, criando um relacionamento

colaborativo, oportunidades de negócios e a organização dos grupos na busca por apoios em termos de crédito de produção e comércio juntos as instituições de fomento.

A falta de organização do setor em consonância com a atenção dos agentes públicos pode estar delimitando as formas de comércio de flores adotada no Paraná, dado que apesar da capacidade produtiva, a maior parte do mercado é abastecido com flores vindas dos Estados vizinhos. Segundo PORTER (1991) a medida que uma cadeia produtiva regional não cria mecanismos de organização da classe, e tampouco cria poder de barganha junto as instituições públicas e agências de fomento, não consegue criar relações comerciais que gerem vantagens competitivas, e assim segundo o PORTER (1991) cadeias de outras regiões mais organizadas passam a ser dominantes e determinam as condicionantes e as regras informais dos processos comerciais.

Neste contexto, cabe às instituições identificar os setores que representam oportunidade de crescimento e diversificação produtiva para o país, buscando formas inovativas para atender sua demanda, sem esperar reivindicações representativas para agir, visto que muitos destes setores ainda não possuem tal representatividade, como no caso da floricultura paranaense.

Dado que a atuação coletiva é a base para crescimento econômico (GATTO, 2014), e que a falta de apoio institucional é um dos gargalos que impede o desenvolvimento da floricultura no Brasil (MILANI, 2008; JUNQUEIRA E LIMA, 2008; JUNQUEIRA E PEETZ, 2014), cabe aos agentes do setor produtivo, unirem-se. Desta forma, através de ações coletivas, podem melhor delinear suas necessidades específicas, a fim de direcionar suas reivindicações, de forma a ganhar mais força para influenciar as instituições públicas a fim de que sua atuação se traduza em desenvolvimento setorial de fato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A limitação orçamentária, déficit de pessoal, inexistência de políticas específicas para o setor, carência de assistência técnica especializada, descontinuidade da pesquisa e o trabalho generalista das instituições influenciam o setor produtivo da floricultura, não contribuindo com seu desenvolvimento.

O atual modelo de gestão da cadeia produtiva da floricultura no Paraná, necessita de adequações para que seja capaz de efetuar a transição para outros de modelos de governança que favoreçam a cadeia como um todo, criando um relacionamento colaborativo entre os elos, ampliar as oportunidades de negócios e, a organização dos grupos na busca por apoios em termos de crédito para estímulo a produção e comércio juntos as instituições de fomento.

O desenvolvimento de ações específicas por parte das instituições é dependente de representatividade que determinado setor exerce. Entretanto, para setores que apresentam boas opções de crescimento, geração de emprego e renda, as instituições deveriam atuar não apenas baseado em reivindicações coletivas de grande representatividade, mas também com base em estudos específicos do potencial futuro destes setores.

REFERÊNCIAS

ANACLETO, A. Flowers supply chain in Paraná Coast-Brazil: an application of Miles and Snow taxonomy. *Revista Capital Científico*, v. 14, n.1, p.10-25, 2016.

BNDS. Banco nacional de Desenvolvimento Social. Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural - PRONAMP Investimento. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/pronamp.html>. Acesso em: 09 fev. 2015.

BOBBIO, N. Estado, governo, sociedade: Para uma teoria geral da política. 15 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Cadeia produtiva de flores e mel. Disponível em: http://www.iica.org.br/docs/cadeiasprodutivas/cadeia_de_valor_de_flores_e_mel.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Catálogo de Programas do Governo Federal destinados aos Municípios. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/seges/Brasil_municipios/CPGF_01dez08.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2015.

CARDOSO, DF. Contribuição da política agrícola para o desenvolvimento do agronegócio nas macrorregiões Brasileiras. *Revista de*

Economia e Agronegócio, v. 11, n. 1, p. 39-72, 2013.

CONCEIÇÃO, OAC. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionais. Revista de Economia Contemporânea, v. 6, p.119-146, 2012.

DEQUECH, D. Instituições e a relação entre a economia e sociologia. Revista de Estudos Econômicos, v. 41, p. 599-619, 2011.

FERREIRA, MR. Representações sobre a confiança a partir da percepção das famílias da comunidade rural de São Joãozinho em Guaratuba-PR. Divers@, v. 4, n. 1, p. 65-79, 2011.

FAO. Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. Productos Forestales no madereros: Possibilidades Futuras. Roma-Italia: Revista FAO, 1992.

FREITAS, F. Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas. Revista de Administração Pública, v. 46, n. 1, p.1575-1597, 2012.

GATTO, DB. Há contribuição do ambiente institucional na consolidação da cadeia de valor de biodiesel em Alagoas? Revista Econômica do Nordeste, v. 45, p. 140-152, 2014.

GEHLEN, I. 2004. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. Perspectiva, v. 18: 95-103.

GIL, AC. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas. 2009.

JUNQUEIRA, AH; PEETZ, MS. Mercado interno para os produtos da floricultura Brasileira: características, tendências e importância socioeconômica recente. Revista Brasileira de Horticultura Ornamental, v. 14, p. 37-52, 2008.

JUNQUEIRA, AH; PEETZ, MS. O setor produtivo de flores e plantas ornamentais do Brasil, no período de 2008 a 2013: atualizações, balanços e perspectivas. Revista Brasileira de Horticultura Ornamental, v. 20, n. 1, p. 115-120. 2014.

JUNQUEIRA, CP; LIMA, JF. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. Semina: Ciências Sociais e Humanas, v. 29, p. 159-176, 2008.

MAPA. Ministério da Agricultura e Pecuária. Cooperativismo de gênero. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Cooperativismo%20e%20Associativismo/Publica%C3%A7%C3%B5es%20e%20M%C3%Addias/Cooperativismo%20de%20G%C3%Aanero.pdf>. Acesso em: 10 de mai. 2013.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Políticas públicas para agricultura familiar. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2015.

MILANI, CRS. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e Europeias. Revista de Administração Pública, v. 42, p. 551-579, 2008.

MURARO, D.; NEGRELLE, RRB, CUQUEL, F; ANACLETO, A. Market management: the impact on the development of an ornamental plants supply chain in Curitiba, Brazil. Ciência e Investigación Agrária, v. 42, p. 453-460, 2015.

PORTER, ME. The competitive advantage of nations. Strategic Management Journal, v. 12, n. 1, p. 95-117, 1991.

SERNA, LFS; CALDERON, MDPS. Canales de distribución y estrategias de comercialización para la flor colombiana en los Estados Unidos: un marco conceptual. Estudios gerenciales, v. 28, p. 191-228, 2012.

SILVA, MS. Evolução da floricultura no Estado de Santa Catarina. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/58.pdf>>. Acesso em: 10 de jan. 2015.

TUCKER, CM; OSTROM, E. Pesquisa muti disciplinar relacionando instituições e transformações florestais. Ecossistemas florestas: interação homem-ambiente. Editora: Senac, 2009, 544p.

Recebido em Junho (06), 2019.

Aceite em Julho (07), 2019.